

ARTIGO

Reprodução ou Subversão da Heterossexualidade? Uma Articulação Teórica Entre Pierre Bourdieu E Judith ButlerWesley Ferreira da Silva³⁰

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo promover uma análise comparativa entre os conceitos teóricos desenvolvidos por Pierre Bourdieu e Judith Butler no que tange compreender teoricamente as práticas e comportamentos afetivo-sexuais dos homossexuais. Questionando a existência (ou não) de uma reprodução das relações de poder e dominação social baseadas na heterossexualidade compulsória (heteronormatividade). Consideraremos os pontos de concordância entre estes teóricos e suas respectivas produções, além de promover uma revisão dos conceitos apresentados por ambos. Além dos autores já mencionados, Michelle Perrot, Joan Scott, Michel Foucault, entre outros, nos servirão de suporte no desenvolvimento da questão.

PALAVRAS-CHAVE: Heterossexualidade compulsória; reprodução; subversão; homossexualidade.

Reproduction or subversion of heterossexuality ? A theoretical join between Pierre Bourdieu and Judith Butler

ABSTRACT

This paper aims to promote a comparative analysis between the theoretical concepts developed by Pierre Bourdieu and Judith Butler regarding theoretical understanding the practices and behaviors affective-sexual homosexual. Questioning the existence (or not) of the reproduction of power relations and social domination based on compulsory heterosexuality (heteronormativity). We will consider the points of agreement between these theorists and their productions, as well as provide a review of the concepts presented by both. Besides the authors already mentioned, Michelle Perrot, Joan Scott, Michel Foucault, among others, will support the development the issue.

KEYWORDS: Compulsory Heterosexuality. Reproduction. Subversion. Homosexuality.

³⁰ Discente do curso de Ciências Sociais/UESC. E-mail: wefs@outlook.com Artigo realizado como trabalho final de pesquisa do Programa de Iniciação científica da UESC – PROIC/UESC 2011-2012, sob orientação da Prof. Lorena Freitas.

Gênese e desdobramentos do movimento feminista

O surgimento do movimento e dos estudos feministas é recente. A partir da década de 60, especificamente nos Estados Unidos, como aponta Joan Scott, o movimento feminista começa a torna-se expressivo e atuante a ponto de desestabilizar as relações tradicionais da dominação de gênero, ou seja, os objetivos principais deste movimento era a revisão dos espaços e dos lugares sociais delegados às mulheres e, principalmente, a superação da desigualdade naturalizada entre homens e mulheres. As discussões acerca da subjulgação feminina propiciaram também a eclosão dos movimentos LGBT que, atualmente, a partir dos estudos de Gênero estão centrados na difusão, na compreensão, e na crítica das categorias heteronormativas de sexo e gênero.

Por heteronormatividade podemos compreender a ordem cultural que presume a heterossexualidade dos indivíduos. O fato de ser heterossexual traz consigo diversos atributos de comportamento (ou seja, de gênero) para homens e mulheres e traz consigo as demarções do socialmente legítimo e concomitantemente define o que deve ser considerado anormal. Dentre os autores que analisaremos, Judith Butler sistematiza a construção e as possibilidades de deslocamento das relações de poder baseadas na sequência causal naturalizada: sexo – gênero – desejo – prática sexual. Além disto, recorreremos á obra de Bourdieu, onde o autor analisa a construção do dispositivo da sexualidade e da estrutura heteronormativa no ocidente.

A heteronormatividade é um padrão normativo hegemônico em nossas sociedades que, ancorado e reproduzido por instituições, expressa expectativas e demandas sociais fundadas nas relações heterossexuais enquanto as únicas reconhecidas como legítimas e aceitáveis.

A expressão relações de gênero, tal como vem sido utilizada no campo das ciências sociais, designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens. Em outras palavras, o que chamamos de homem e mulher não é o produto da sexualidade biológica, mas sim de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder (MORAES, 1998, p. 2).

Os estudos feministas representam uma alteração relevante no que diz respeito à subversão das relações de dominação tradicionais, como afirma Joan Scott:

A solicitação supostamente modesta de que a história seja suplementada com informação sobre as mulheres sugere, não apenas que a história como está é incompleta, mas também que o domínio que os historiadores têm do passado é

necessariamente parcial. E o que é mais perturbador, abre à sondagem da crítica a verdadeira natureza da história como uma epistemologia centralizada no sujeito (SCOTT, 1992, p. 79).

De forma concisa, a autora nos insere no cerne inicial do então chamado estudo das mulheres: a demonstração da impossibilidade da neutralidade científica e a crítica da hegemonia masculina na historiografia e no âmbito científico em geral. A autora também aponta a desestabilização da concepção positivista propiciada pelos movimentos de afirmação feminina. Tal exercício desnaturaliza relações, até certo ponto, eficazes enquanto técnicas na produção da ordem heteronormativa.

Por mais que a questão epistemológica não seja nosso foco no presente trabalho, tal fragmento nos mostra as proporções que tal discussão possui. A complexidade do nosso objeto de estudo se dá, principalmente, pela tentativa de desmistificação da imparcialidade científica caracteristicamente positivista que, ainda hoje, é recorrente nos ambientes acadêmicos. Além disso, não podemos desconsiderar as relações de poder que permeia a produção científica e o teor heteronormativo que tais instituições, como institutos de pesquisas e universidades apresentam. Sustentada principalmente no discurso da imparcialidade/neutralidade científica está situada a reprodução da dominação masculina, como aponta Bourdieu: “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la.” (BOURDIEU, 1997, p. 9).

É por consequência de tais movimentos feministas, que atualmente podemos seguir com a tentativa de compreensão dos processos de dominação e subjulgação de gênero e das sexualidades periféricas. Temos aqui, a tarefa de compreender, a partir da revisão teórica de dois autores centrais neste campo de estudo, Bourdieu e Butler, até que ponto as relações conjugais, especificamente entre homossexuais, são reprodutoras da opressão de gênero, visando encontrar o suporte simbólico utilizados em tais formas de dominação.

Antes de adentrarmos as questões específicas, faz-se necessário ressaltar o caráter “desestabilizador” deste e de outros estudos sociológicos que, ao enxergar a sociedade enquanto objeto de análise, trazem consigo a concepção da mutabilidade das relações sociais e desestabiliza aquilo que é tido como natural pelo senso comum. Deste modo, a justificativa do presente trabalho se assenta na afirmação da importância que os estudos de gênero vêm exercendo no questionamento de um padrão de poder historicamente construído, a heterossexualidade compulsória ou heteronormatividade, que, como vimos acima, produz e classifica tipos diferentes de sexualidade: de um lado, a sexualidade dita “normal” e “saudável”, a heterossexualidade, pautada na relação de

complementariedade reprodutiva entre homens e mulheres, onde as mulheres ocupam o pólo dominado e desvalorizado desta relação complementar. Do outro lado, a sexualidade “anormal” e “desviada” daqueles que desejam o mesmo sexo, sexualidade temida e combatida uma vez que foge e transgride a base na qual se assenta toda a estrutura social, como veremos mais detalhadamente adiante por meio da obra de Pierre Bourdieu.

Bourdieu e a reprodução da dominação

Segundo Bourdieu, para obtermos sucesso na compreensão dos mecanismos de reprodução da dominação masculina devemos estar cientes de que:

[...] aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas, tais como a família, a igreja, a escola, e também, em outra ordem, o esporte e o jornalismo (estas noções abstratas sendo simples designações estenográficas de mecanismos complexos, que devem ser analisados em cada caso em sua particularidade histórica) e reinserir na história e, portanto, devolver a ação histórica, a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca (BOURDIEU, 1997, p. 2).

Concebido que há uma naturalização da inferioridade (subjugação) do gênero feminino, e que tal forma de organizar a sociedade (especificamente a ocidental-capitalista) encontra suporte nas mais diversas instituições sociais, Bourdieu segue em busca dos mecanismos propiciadores de tal forma de dominação. Meninos e meninas antes mesmo do seu nascimento recebem distintos tratamentos a depender do sexo identificado. O processo de socialização infantil está focado mais do que na produção da diferença do masculino/feminino, na produção da inferioridade feminina. A misoginia é embutida em meninos que crescem concebendo que sua “masculinidade” precisa ser frequentemente reafirmada de forma machista. Tal comportamento é transmitido e incentivado principalmente pela escola e pela família, ao passo que meninas são criadas para a docilidade feminina e para a ocupação da posição passiva, frágil e dependente das vontades masculinas. O que o autor aponta é que homens e mulheres são socializados de maneira a produzir e reproduzir a diferença entre eles, ou seja, de maneira a construir a virilidade e a força nos homens, que são concebidos como sujeitos, ao mesmo tempo em que produz a fragilidade e a sensibilidade nas mulheres, percebida como objeto. Assim, desde antes de nascerem, meninos e meninas já são formatados por essa lógica que está presente nas roupas, brinquedos e comportamentos permitidos ou negados segundo o sexo.

Os homens, sujeitos das relações, são instruídos á liberdade e á manipulação feminina, enquanto às mulheres, objetos a serem manipulados pelos sujeitos, são ensinados a reserva e o recato. Organizar a sociedade de tal forma dá margem aos abusos masculinos, tanto de ordem física e psicológica quanto simbólica. A violência contra a mulher possui gênese simbólica e está sustentada na naturalização que apontamos anteriormente. O conceito de violência simbólica é fundamental na compreensão da manutenção da ordem masculina e da subjugação feminina:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma [...] (BOURDIEU, 1997, p. 3).

Por mais que a gênese de tal dominação seja simbólica (abstrata), ela se materializa e suas implicações e seus estigmas são de ordem física, se inscrevendo em último caso nos corpos dos indivíduos. No corpo das mulheres, especificamente, a inferioridade é produzida pela concepção do corpo feminino como ontologicamente mais frágil e inferior ao corpo masculino. O arbitrário cultural a que se refere Bourdieu está relacionado com a naturalização de tais relações que objetivam a manutenção do *status quo* definido hierarquicamente pela divisão sexual do trabalho social. Outros alicerces empíricos reprodutores da dominação masculina e da ordem heteronormativa são os atributos anatômicos considerados masculinos ou femininos:

Caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidencia de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob a forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob a forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões organizam a percepção das divisões objetivas (BOURDIEU, 1997, p. 10).

Temos aqui, de forma sintética e concentrada conceitualmente, a forma como o processo de socialização infantil é reprodutor da heteronormatividade. A análise de Bourdieu se assemelha às afirmações de Jean Piaget. Ambos entendem os esquemas de compreensão do mundo a nossa volta enquanto constructos sociais, ou seja, nascemos em uma sociedade onde a relação significante-significado já está estabelecida, porém, podemos introduzir politicamente alterações em nosso

Vol.2, Nº3. Outubro de 2013.

contexto social. A consciência de tal processo é de grande importância, pois este é o elemento inicial para a mudança do estágio atual de naturalização da inferioridade feminina.

Instituições sociais como a escola, a família, a Igreja e o Estado são identificadas pelo autor como suporte de manutenção de tais relações de subordinação do gênero feminino ao masculino, através da divulgação de uma desigualdade natural e complementar entre os sexos. O esforço de Bourdieu está centrado na desnaturalização de tais concepções. Para isso, a identificação dos mecanismos de naturalização é indispensável, e o primeiro mecanismo apontado pelo autor é estigmatização do corpo feminino, reduzido ao fato de ser representado simbolicamente pela vagina.

O gênero feminino é vítima das diversas formas de violência, dentre elas a violência simbólica, que está amparada na incorporação dos códigos sociais necessários para o reconhecimento da superioridade masculina através da estigmatização do gênero feminino. A justificativa biologicista da diferença natural entre os sexos (que relaciona o sexo com o gênero) é encontrada na diferença anatômica entre homens e mulheres. A superposição masculina baseia-se em uma tautologia afirmativa, se mantém porque se naturaliza e não requer justificção, pois é “natural”. Encerrando um ciclo de manutenção de tal ordem que está inscrita em dispositivos subjetivos sob a forma de esquemas de percepção (*habitus*) e em dispositivos objetivos, dentre os quais estão os órgãos sexuais.

Para o autor, os indivíduos (tanto homens quanto mulheres) incorporam formas de agir e pensar responsáveis pela reprodução de tal concepção que está inscrita em todos os comportamentos sociais masculinos e femininos. Segundo Bourdieu, nos organizamos segundo um sistema mítico-ritual capaz de minimizar as semelhanças e acentuar as diferenças entre homens e mulheres alicerçadas na naturalização biologicista dos sexos.

Em última instância, a dominação se mostra inscrita nas relações sexuais e na percepção que homens e mulheres têm dos seus órgãos genitais. Não se trata de o falo ou a vulva possuir significado ontológico, mas de esquemas de compreensão específicos construídos por mecanismos de poder que organizam a diferença e olham os corpos a partir dela. São constructos sociais sobre a relação entre significante-significado que estão alicerçados na superposição do gênero masculino e na estigmatização dos corpos.

Devemos ter em mente que, por mais que a divisão sexual do trabalho social hierarquize os detentores do falo em uma posição superior às mulheres, ambos estão “aprisionados” pelo *habitus* masculinista. Ao tempo que as mulheres são vítimas cotidianamente da violência simbólica, os homens são imbuídos da tarefa da reafirmação de sua masculinidade, o que Bourdieu chama de *diferenciação ativa* em relação ao sexo oposto.

Através da análise dos berberes da Cabília, Bourdieu visa encontrar uma representação em pequena escala das representações das relações de dominação masculina resultantes de estruturas inconscientes androcêntricas que seriam, segundo ele, compartilhadas por nós ocidentais. Através da estruturação de uma série de relações, e exercitando-se semiologicamente, o autor atribui uma gama de significados binarizados aos comportamentos dos gêneros, desde o posicionamento doméstico até as relações íntimas entre os casais heterossexuais. Mas tal esforço antropológico se torna problemático quando busca explicar a dominação masculina a partir de estruturas inconscientes de pensamentos compartilhadas e não por mecanismos sociais de reprodução dessa dominação.

Isso ocorre porque tal busca está alicerçada nos pilares do método estruturalista. Neste exercício, o autor comete dois equívocos: o da “monopolização gramatical do universal” (CORRÊA, 1988, p. 2) e por se referir aos berberes da Cabília como uma espécie de “conservatório” do nosso “inconsciente cultural” (CORRÊA, 1988, p. 2). Contudo, é importante considerar que o caráter desta crítica não é invalidativo da contribuição da construção teórica bourdiesiana. Antes, visa reconhecer o caráter histórico-social de toda produção acadêmico-científica. Não se trata de desconsiderar a dominação masculina, mas de compreender que esta relação de dominação possui caráter histórico-social, mantida e reproduzida por relações de poder e não por influências de estruturas de pensamentos inconscientes provenientes de uma suposta “natureza humana”. Em outras palavras, se diferentes sociedades perpetuam estas relações de dominação, isso ocorre devido ao funcionamento de instituições reprodutoras destas relações, não pelo compartilhamento inexplicável de estruturas inconscientes de pensamento.

Quando se dedica à questão das conquistas femininas e avanços na situação das mulheres, o autor aponta possibilidades para amplificação das conquistas femininas através da mudança das formas de organização das instituições sociais já referidas. Porém, segundo o autor as mudanças observadas até então apresentaram permanências no que diz respeito à lógica do modelo masculinista.

De forma sutil o autor desloca para o campo político a gênese da superação da dominação masculina. Esforço que deve ser constante, para que haja modificação da manutenção do capital simbólico pela família e a des-naturalização das concepções presentes nas instituições sociais tradicionais. Ou seja, passada a compreensão e a percepção dos mecanismos e instituições responsáveis pela manutenção do status quo masculinista, devemos estar constantemente empenhados na desnaturalização das relações de diferenciação-inferiorização cotidianas, isto através da alteração da lógica e dos dispositivos de funcionamento de tais instituições.

Por fim, o autor aponta as relações homossexuais como reprodutoras da lógica de dominação masculina, porque segundo ele, elas tendem muito mais a reproduzir a dissimetria fundamental entre sujeito/objeto que constituem as relações heterossexuais, do que superá-las. Assim, nos próprios relacionamentos homossexuais, é muito comum a reprodução das relações de divisão sexual do trabalho e de divisão do trabalho sexual heterossexuais, onde um dos parceiros desempenha o papel de dominante e o outro de dominado. É o que ocorre quando, nos relacionamentos lésbicos, por exemplo, uma das parceiras desempenha o papel tradicionalmente reservado aos homens nas relações heterossexuais, assumindo a identidade masculina, muitas vezes também no modo de se vestir e se portar, mas principalmente arcando com a maior parte das despesas domésticas e assumindo o monopólio das atividades oficiais, públicas e de representação, o que também as dá o direito de exercer o poder de sujeitos sobre as parceiras que, a despeito de se tratar de um relacionamento homossexual, acabam por exercer o papel de objeto, tal como na maioria dos relacionamentos heterossexuais.

Quanto à superação efetiva das relações de dominação, Bourdieu não dedica parte relevante do seu texto, sua análise possui caráter descritivo da estrutura de dominação masculina. O fragmento a seguir torna-se o mais esclarecedor na definição dos objetivos de sua análise e no esclarecimento dos possíveis equívocos de uma leitura desatenta ou superficial:

Esta constatação da constância trans-histórica da relação de dominação masculina, longe de produzir, como por vezes se finge temer, um efeito de des-historicização, e por tanto naturalização, obriga a reverter a problemática ordinária, fundamental na constatação das mudanças mais visíveis na condição das mulheres: na realidade, isto obriga a colocar a questão, sempre ignorada, do trabalho histórico, sempre renovado, que se desenvolve para arrancar da História da dominação masculina e os mecanismos e as ações históricas trabalho este que é responsável por sua aparente des-historicização e que toda a política de transformação histórica tem que conhecer sob pena de se ver fadada á impotência (BOURDIEU, 1997, p. 61).

O caráter relevante de sua obra se encontra no apontamento das relações que naturalizam a violência entre homens e mulheres, além da identificação do arbitrário cultural, da socialização diferenciadora, que insere os indivíduos na cultura masculinista. Tal texto insere uma crítica aos teóricos que chegam a culpar os dominados enquanto culpados de sua posição subordinada. Bourdieu continua sendo de grande importância na compreensão da hierarquia entre os gêneros, com as ressalvas metodológicas a que nos referimos anteriormente.

Os fatores da subversão

Nosso trabalho, a partir de então, estará centrado na desconstrução de pontos específicos da argumentação apresentada anteriormente. Para isto, a crítica e os conceitos formulados por Judith Butler ocuparão lugar central e nos permitirão a clarificação da problemática da reprodução da heteronormatividade.

Como já foi dito, a partir da constatação da situação inferiorizada das mulheres nas sociedades ocidentais e dos abusos sofridos por elas, os movimentos feministas eclodiram buscando a emancipação feminina. Bourdieu nos apresenta as raízes da violência de gênero, e as iniciais diretrizes para uma articulação entre a prática e o conhecimento sobre a dominação. Butler nos trará então, aquilo que tem sido considerado como pós-feminismo, que seria a superação do discurso feminista tradicional que reproduz de certa forma a lógica heteronormativa. O pós-feminismo butleriano sugere a subversão das categorias tradicionais de gênero e uma revisão da cadeia lógica que considera um comportamento legítimo quando equaliza sexo (macho-fêmea) – gênero (masc. – fem.) – desejo (heterossexual) – prática (heterossexual).

Segundo Butler, as categorias de gênero, e especificamente a categoria mulher, precisam ser problematizadas a ponto de promover a efetiva mudança da situação das mulheres. Não significa negar a importância do movimento feminista, nem desconsiderar os avanços conquistados pelas mulheres. Trata-se de amadurecer um movimento que precisa atualizar suas práticas.

Quando observarmos as formas de dominação de forma sistemática, logo percebemos que elas também se atualizam para formas mais sutis, e cada vez mais simbólicas, no que diz respeito ao alcance e a camuflagem do status quo masculinista. Observemos o fragmento a seguir:

E assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído -, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produza sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produza presumivelmente masculinos. Em tais casos, um apelo acrítico a esse sistema em nome da emancipação das “mulheres” estaria inelutavelmente fadado ao fracasso (BUTLER, 2010, p. 19).

Encontramos aqui um ponto de concordância entre as proposições de Bourdieu e Butler, ambos empreendem análises sobre os mecanismos produtores da ordem heteronormativa. Porém, distanciam-se na proposição dos fatores de superação da dominação de gênero. Para Bourdieu, encontraremos reprodução mesmo nos subversivos casais homossexuais. Segundo Butler, justificada por sua postura pós-feminista, a subversão se dá na quebra da cadeia que torna coerente segundo o padrão heterossexual as categorias sexo (macho-fêmea) – gênero (masc. – fem.) – desejo (heterossexual) – prática (heterossexual).

Para a autora, a reprodução da heterossexualidade compulsória ou heteronormatividade não está na reprodução da *performance* de gênero instituída socialmente como afirma Bourdieu, mas na perpetuação da categorias mulheres enquanto sujeito unitário:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que este alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2012, p. 20).

O ponto central para a compreensão do processo de reprodução, segundo Butler, está no encontro dos mecanismos e do aparato social produtor dos gêneros de caráter dual que produzem aquilo que, aparentemente, seria produzido naturalmente, ou possuiria caráter metafísico como algumas feministas já afirmaram. Neste ponto, Butler utiliza sua base teórica foucaultiana para reforçar sua afirmação de que: “O poder jurídico “produz” inevitavelmente o que se alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de preocupar com essa função dual do poder: jurídica e reprodutiva” (BUTLER, 2010, p. 19).

Começamos a entrar então, nos pontos mais significativos e norteadores da produção de Butler. Suas concepções de sexo e gênero são revolucionárias para as bases dos movimentos de diversidade sexual e de gênero, vejamos por que:

[...] a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem resultado causal do sexo, nem tão pouco aparentemente fixo quanto o sexo [...] Além disso mesmo que os sexos não pareçam problemáticamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou por ele é restrito (BUTLER, 2012, p. 24).

A proposta inicial da autora se relaciona com a explícita subversão, pois requer dinâmicas para “além” da concepção estrutural-binária de organização social. Além de promover a problematização de duas categorias tradicionalmente fundacionais das diversas sociedades, sexo e gênero. Isto, no plano prático representa mudanças radicais nas formas de pensar tais categorias.

Entraremos agora em uma questão chave e que sintetiza os objetivos de nossa discussão, nos facilitando a análise dos pormenores da questão. A grande crítica butleriana é contra a dicotomização do sexo/gênero que está relacionada com a dicotomização estruturalista natureza/cultura. O gênero estaria para o sexo como a cultura estaria para a natureza em uma relação de dependência direta e

aprisionadora e o que veremos a seguir, é confirmação da desconstrução de tal dicotomização, sendo este um exercício pós-estruturalista (e não pós-moderno) legítimo. Digo não pós-moderno porque os que assim se intitulam compartilham da concepção da fragmentação de um sujeito portador de um gênero e de uma essência imutável intrinsecamente humana, quando na verdade essa essência nunca existiu. A categoria sexo, segundo Butler, também deve ser considerada política e inserida no processo político de construção das identidades dicotomizadas. Vejamos:

Existe um corpo “físico” anterior ao corpo percebido? Não só a junção de atributos sob a categoria do sexo é suspeita, mas também o é a própria discriminação das “características”. O fato de o pênis, de a vagina, de os seios e assim por diante serem denominados partes sexuais corresponde tanto a uma restrição do corpo erógeno a essas partes quanto a uma fragmentação e compartimentação, uma redução da erotogenia (BUTLER, 2010, p. 166-167).

Para que estejamos bem situados, é necessário que tenhamos em mente e de forma clara, o conceito de performatividade segundo Butler:

O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido. O gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. No desafio de repensar as categorias do gênero fora da metafísica da substância, é mister considerar a relevância da afirmação de Nietzsche, em *A genealogia da moral*, de que “não há ‘ser’ por trás do fazer, do realizar e do tornar-se: o ‘fazedor’ é uma mera ficção acrescentada à obra – a obra é tudo”. Numa aplicação que o próprio Nietzsche não teria antecipado ou aprovado, nós confirmaríamos como corolário: não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. (BUTLER, 2010, p. 40).

A concepção de performance de gênero apresentada pela autora pode ser considerada revolucionária, se compararmos com as produções dos estudos de gênero que em sua grande maioria estiveram embasados na crença de uma essência, principalmente de ordem biológica, dos gêneros. É recorrente encontrarmos o discurso que justifica a naturalização dos gêneros duais masculino/feminino sob a alegação de que por mais que os comportamentos sejam diversos, sexos são apenas dois. É nesse ponto que o discurso de Butler se torna mais radical e incisivo. Os desdobramentos de sua produção estão situados na desconstrução de um sexo natural e de um corpo político, se aproximando e baseando-se na produção foucaultiana.

Tal exercício é de grande complexidade, pois desnaturaliza relações até certo ponto eficazes na produção da ordem heteronormativa. Baseando-se em Foucault, Butler aponta que tal dispositivo possui implicações díspares, pois produz uma ordem que é perversa aos indivíduos em seus desdobramentos:

O poder, ao invés da lei, abrange tanto as funções ou relações diferenciais jurídicas (proibitivas e reguladoras) como as produtivas (inintencionalmente generativas). Consequentemente, a sexualidade que emerge na matriz das relações de poder não é uma simples duplicação ou cópia da lei ela mesma, uma repetição uniforme de uma economia masculinista da identidade. As produções se desviam de seus propósitos originais e mobilizam inadvertidamente possibilidades de “sujeitos” que não apenas ultrapassam os limites da intelegibilidade cultural como efetivamente expandem as fronteiras do que é de fato culturalmente inteligível (BUTLER, 2010, p. 54).

Este é o momento em que o aspecto político se torna basilar na explicação de Judith Butler sobre os fatores e as formas de subversão da ordem heterossexual.

No decorrer do seu texto, a crítica está voltada para um amadurecimento do feminismo e para a observação de mecanismos de efetiva performatividade subversiva. A reprodução da heteronormatividade, segundo a autora, estaria situada na reprodução da sequência: sexo (macho-fêmea) – gênero (masc. – fem.) – desejo (heterossexual) – prática (heterossexual). Enquanto que para Bourdieu, a reprodução estaria na ordem do pensar e comportar-se segundo a lógica heterossexual. Porém, para resolver tal impasse novamente nos voltamos para o campo político e inserimos o teor historicista do presente trabalho e nossa contraposição à metodologia embasada no inconsciente coletivo trans-histórico (estruturalismo).

Para os estruturalistas como Bourdieu e para Foucault (ainda que seja considerado apenas parcialmente estruturalista) os indivíduos estão relacionados através de uma narrativa fundacional que supõe um período antes da lei, a exemplo do que dizem Marx e Lévi-Strauss:

Nessa perspectiva fundadora do estruturalismo, a naturalização tanto da heterossexualidade como da agência sexual masculina são construções discursivas em parte alguma explicadas, mas em toda parte presumidas (BUTLER, 2010, p. 73).

Sendo assim, não há um antes, um depois, ou um fora das interdições sociais heterossexuais, não há indivíduos ou sexualidades para além do poder, todas as relações são relações de poder:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutiva de sua

organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes a transforma, reforça, e inverte [...] O poder está em toda parte; não porque englobe tudo mas porque provém de todos os lugares (FOUCAULT, 1993, p. 89).

Ou seja, não há formas de subversão para além das categorias que conhecemos. Tal proposta nos oferece a oportunidade de pensar a pluralidade sim, mas não se trata apenas disso. Podemos conceber as diferenças que estão além da lógica dos sexos/gêneros estruturados, mas somente a partir destas mesmas categorias.

Considerações Finais

A subversão da heterossexualidade compulsória se constitui em um exercício criativo, que se efetiva, por exemplo, na simples quebra da sequência heteronormativa que temos enfatizado: sexo (macho-fêmea) – gênero (masc. – fem.) – desejo (heterossexual) – prática (heterossexual). Em termos práticos, isto significa que o fato de duas mulheres, sejam “masculinizadas” ou “feminilizadas”, relacionarem-se sexualmente, segundo Butler, é subversivo, enquanto que para Bourdieu a subversão residiria, por exemplo, em um casal lésbico de mulheres femininas pois apenas assim estariam para além da estrutura de dominação concebida por Bourdieu, ou seja, para além da reprodução da relação complementar entre sujeito-objeto. Mas como vimos isto é impossível, mesmo um relacionamento entre “iguais” carrega consigo a presença da hierarquização e constituem-se de relações de poder.

Os movimentos feministas e de diversidade sexual seguem em direção à tentativa de construção de uma sociedade mais igualitária, sendo que, tais conquistas só podem ser efetivadas através da subversão das categorias tradicionais e heteronormativas dos gêneros e das sexualidades. No nível das interações sociais cotidianas, especificamente nas relações homoafetivas, encontraremos reproduções e subversões, à medida que estas relações rompem com a lógica da coerência entre sexo (macho-fêmea) – gênero (masc. – fem.) – desejo (heterossexual) – prática (heterossexual), ao passo que ainda reproduzem, por exemplo, a divisão sexual do trabalho social tipicamente heterossexual. A subversão estrutural do modelo de sociedade heteronormativo no qual estamos inseridos ainda é um ideal da teoria de gênero e sexualidade pós-estruturalista, sendo estas alterações possivelmente produzidas pelas alterações difusas, como sugeriu Foucault.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CORRÊA, Mariza. *O sexo da dominação*. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Bourdieu.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade. A vontade de saber*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, vol 1, 1993.

MORAES, Maria L. Q. Usos e limites da categoria Gênero. *Cadernos Pagu*: São Paulo, 11ª edição, pp. 99 – 105. 1998.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Paz e Terra, 1988.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.